

O ANDAR A PÉ COMO FATOR DE DISTINÇÃO SOCIAL NO BRASIL DO SÉCULO XIX

Marcelo Roberto Andrade Augusti¹

Resumo: Ao se considerar o contexto econômico e cultural do século XIX e as transformações ocorridas nos modos de vida da sociedade brasileira da época, posteriormente à chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro, o artigo propõe analisar a caminhada como elemento de distinção social, conforme as atividades e eventos relacionados à sua prática e a quem dela fazia uso.

Palavras-Chave: Caminhada; Cultura e Sociedade; Estilo de Vida; Usos e Costumes.

WALKING AS A FACTOR OF SOCIAL DISTINCTION IN BRAZIL CENTURY XIX

Abstract: When considering the economic and cultural context of the nineteenth century and the changes in the ways of life in the Brazilian society at the time, after the arrival of the Portuguese Court in Rio de Janeiro, the article proposes to analyze the walk as an element of social distinction, according to the activities and events related to its practice and to those who use it.

Keywords: Walking; Culture and Society; Lifestyle; Uses and Customs.

* Pesquisa decorrente do projeto individual “Teoria da História e Música – intertextualidades possíveis”, desenvolvido na UFRRJ sem financiamento.

¹ Mestre em Ciências da Motricidade – UNESP / Rio Claro. Contato: Rua Joaquim Conceição, 307, CEP 13631-085, Pirassununga, SP. E-mail: marceloaugusti@uol.com.br

Introdução

Buscando contribuir com a ampliação do entendimento histórico e cultural da prática da caminhada no Brasil, o artigo tem como propósito analisar os sentidos e significados dos usos sociais da caminhada durante o século XIX, considerando-se a transição econômico-cultural que marcou a época e as transformações no cenário social disso decorrentes que, por conseguinte, reverberaram nos usos atribuídos a caminhada.

Como elemento integrante dos modos de vida das sociedades, o ato de andar a pé também sofreu transformações decorrentes das mudanças ou ampliações culturais que acompanham o processo civilizatório, passando, com o avanço do domínio técnico e científico do ser humano sobre a natureza, de algo básico para um acessório, de um recurso elementar destinado à subsistência para uma atividade lúdica, da simplicidade do saber-fazer para algo complexo e sistematizado, cuja orientação para a prática se faz, atualmente, por meio de especialistas.

O panorama econômico-cultural do século XIX, no Brasil, dado o recorte proposto a este estudo, permite que se faça uma análise da prática da caminhada como um produto da divisão de classes, constituindo-se em uma forma particular de expressão tanto da individualidade dos atores sociais quanto da peculiaridade do gosto de classes. Tal análise somente é possível ao se considerar a vida social como palco de batalha onde se busca constantemente, nas generalidades inerentes ao ser humano, a mudança, a diferenciação e a separação entre os antagonismos (rico/pobre, aristocrata/ escravo, trabalho/lazer). Assim, no recorte histórico considerado, caminhar tornou-se um gesto de distinção social, cujo julgamento dependia de quem eram os sujeitos caminhando, em que lugares transitavam e por que o faziam.

O enfoque metodológico põe em destaque as práticas cotidianas de existência conforme as experiências de sujeitos de diferentes categorias sociais. Tais práticas, segundo Edward Thompson (1987), encarnam os sistemas de valores, as ideias e as formas institucionais de uma época que, reconstituídas, revelam as nuances de aspectos comuns da existência compartilhados por grupos distintos. Portanto, a pesquisa sobre a prática da caminhada pelo viés de uma história social do andar a pé, expõe a cidade como palco

privilegiado da ordem social e da disposição dos indivíduos no espaço urbano enquanto no cumprimento de suas funções sociais.

A abordagem adotada considera que as representações de fatos do passado e a consequente evolução cronológica dos mesmos, constituem-se em manifestações legítimas de uma época, desde que, conforme Henri Rousso (2006), as mesmas tenham como característica a recorrência e a repetição, que sejam relevantes a um grupo e tenham aceitação nesse grupo ou fora dele. Deste modo, não se trata de restabelecer uma verdade histórica, porém, fazer uma descrição da estrutura perene de uma prática social – a caminhada – em uma tentativa de expor e explicar a evolução das representações do passado. Ao lançar o olhar sobre os usos, costumes e tradições de uma época, revelam-se *habitus*, que nada mais são do que as experiências comuns compartilhadas pelos sujeitos e a essência de seus próprios modos de vida.

O artigo, originado de uma parte da dissertação de mestrado do autor sobre caminhada e estilo de vida (AUGUSTI, 2014), inicia-se com as mudanças socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio de Janeiro em 1808, destacando as transformações urbanas e as mudanças de comportamento social e costumes que, definitivamente, provocaram a adesão da classe abastada brasileira aos estilos de vida europeus, considerados como civilizados e refinados. A seguir, aborda alguns aspectos gerais do cotidiano e as condições das ruas de cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife que, segundo os europeus, eram inapropriadas ao trânsito de pessoas respeitáveis. Para finalizar, trata sobre o advento dos jardins e passeios públicos que, com o decorrer dos anos, passaram a se constituir em lugares propícios ao andar a pé da classe abastada, em seu desfile de aparências e encontro entre iguais.

A Corte chega ao Rio de Janeiro: transformações urbanas e nos modos de vida

O século XIX perpetuou as grandes transformações sociais, econômicas, culturais e políticas que se avistaram no horizonte dos séculos anteriores. As revoluções burguesas, o avanço da ciência, da indústria e das artes, a expansão das cidades e as mudanças radicais

nos modos de vida foram reflexos de épocas onde o capitalismo triunfava imponente (HOBSBAWN, 2009).

O Brasil não foi exceção. Como exemplo, a cidade de São Paulo, ao final do século XIX, em nada mais lembrava a antiga vila de colonos que, até poucos anos antes, ainda mantinha ares provincianos arraigados em uma cultura atrelada em costumes e tradições dos primórdios de sua fundação. São Paulo se apresentava, então, como um novo mundo social, caracterizando-se pela diversidade nos negócios, no comércio, na inquietação de uma vida agitada, na abertura a outros valores e outros ideais. Uma cidade que, bafejada pelos investidores capitalistas, inicialmente do ramo do café e, posteriormente, pelos industriários, expandia-se na ocupação do solo e em importância internacional, ao mesmo tempo em que crescia vertiginosamente em número de habitantes. Enquanto as tradições paulistas e a antiga ordem pública declinavam, contudo, novos estilos de vida – ditos modernos, europeizados – surgiam na urbe com jeito de nação civilizada, favorecida pelo progresso (FERNANDES, 1974).

O ano de 1808 marcou o início deste período de mudanças que provocaram alterações significativas nos modos de vida tradicionais da colônia em direção ao mundo moderno. A Corte Portuguesa, auxiliada pela Inglaterra, transferia a sede do governo imperial para o Brasil, escapando ao assalto de Napoleão Bonaparte que invadira Portugal pelo não cumprimento deste às normas do Bloqueio Continental. Há de se considerar que, desde 1763, o Brasil fora elevado à categoria de Vice-Reino de Portugal e, de Salvador, na Bahia, a capital fora transferida para o Rio de Janeiro. O desembarque do então príncipe regente português D. João VI e sua comitiva real de mais de quinze mil súditos, no Rio de Janeiro, em 1808 foi, todavia, o fato que deu causa ao processo de desmantelamento da estrutura do patriarcalismo rural que dominava a sociedade brasileira até esse momento de sua história (FREYRE, 1968). Estabelecida a sede do governo imperial em solo brasileiro, houve a necessidade de transformar o Rio de Janeiro, até então uma cidade que apresentava ruas sujas e de pouca iluminação, e sem projeto político para expansão e melhoramento das condições de vida urbana, em uma cidade que refletisse nas ruas e nos modos de vida, o patamar ao qual fora alçada. O Rio de Janeiro passaria, então, a ser a “nova Lisboa”, isto é, uma cidade transformada conforme os princípios que atendessem os três aspectos fundamentais ou virtudes de uma cidade moderna: embelezamento, higiene e circulação. O

projeto político urbano da nova sede imperial, portanto, remetia ao conceito de civilização proposto pelos iluministas², cujo intuito era promover o maior controle do Estado sobre o seu território, racionalizando o espaço urbano (em forma e função), de modo a promover a ordem social (tanto na produção de bens e comércio de mercadorias quanto na vigilante observação de convenções e normas sociais), tendo como finalidade o bem-estar dos cidadãos (CARVALHO, 2008).

Para que o Rio de Janeiro passasse a representar os ideais mais elevados da cultura europeia calcados na monarquia ilustrada portuguesa, ministérios e secretarias foram instituídos pelo governo imperial, em conformidade com a organização política e administrativa que havia em Lisboa sem, contudo, nenhum ajuste às particularidades locais. Além dessa transposição de instituições político-administrativas, todavia, a inserção dos hábitos de corte no cenário urbano fazia parte daquilo que poderia definir-se como um projeto civilizatório para o Rio de Janeiro (SANTOS, 2000).

Os comentários dos membros da Corte joanina a respeito da nova sede imperial são exemplos do discurso, então corrente, sobre as condições inapropriadas do Rio de Janeiro para assentar a realeza de Portugal. Em carta de Luiz Joaquim dos Santos Marrocos, bibliotecário da Real Biblioteca, à sua família em Lisboa, datada de 24 de outubro de 1811, o mesmo refere-se a pouca extensão da cidade, comparando-a ainda aos locais mais “porcos e imundos” do distrito do Bairro Alto. Finaliza, dizendo que “quem vem de Lisboa aqui desmaia e esmorece” e, remetendo-se ao portador da carta, afirma que o mesmo “está sumamente arrependido de fazer tal asneira” (MARROCOS, 2008). Marrocos, apesar de constituir família, fazer fortuna e ter permanecido no Rio de Janeiro até sua morte, em 1838, considerava o Brasil um lugar de pessoas incultas e com vícios, e a sede imperial uma cidade perigosa, repleta de escravos e pestilências em suas ruas. Assim, os portugueses expressavam o seu descontentamento com as condições insalubres no Rio de Janeiro, clamando pela urgência de reformas urbanas e nos modos e costumes.

² A ideia de cidade, no contexto ilustrado, pressupunha a mesma como uma virtude da civilização, ou seja, o lugar ideal para a valorização da cultura e indústria humana, fatores que promoveriam o progresso da humanidade (RONCAYOLO e PAQUOT, 1992).

Conforme a perspectiva de viajantes estrangeiros que estiveram no Brasil no século XIX, nas denominadas “missões europeias”³, a chegada da Corte Portuguesa foi, de fato, o fator determinante para as mudanças de ordem econômica, social e cultural que se fizeram notar, inicialmente, no Rio de Janeiro e outras cidades. Se antes de D. João VI havia, no Rio de Janeiro, mais escravos do que europeus, de 1808 em diante, a abertura dos portos ao comércio com outras nações, trouxe um considerável contingente de imigrantes portugueses, ingleses, franceses, italianos, holandeses e alemães que aqui se estabeleceram como negociantes e artesãos, invertendo a relação quantitativa e, com isso, imprimindo uma mudança geral nas características dos habitantes e nos modos de vida de uma sociedade que, aos poucos, se europeizava. O relato de dois viajantes é esclarecedor a esse respeito:

O Brasil não tinha propriamente nobreza sua; os religiosos, os funcionários e as famílias abastadas do interior, isto é, fazendeiros e donos de minas, possuíam todos antes da vinda do rei, por assim dizer, os privilégios e distinções de nobreza. A concessão de títulos e cargos doados pelo rei atraía uma parte deles à capital, e daí, tomando gosto pelo luxo e modo de vida do europeu, começaram a exercer uma influência muito diferente da anterior nas outras classes do povo. Também as províncias mais afastadas do novo reino, cujos habitantes vinham passear no Rio por curiosidade, por interesse próprio ou questões de família, acostumaram-se a considerar esta cidade como sua capital, e a adotar os seus costumes e modos de pensar que, depois da vinda da corte, se salientaram como europeus (SPIX e MARTIUS, 1968: 9).

A vinda da Corte, assim, foi o momento marcante na história do Brasil, pois foi o fato determinante de um processo civilizador e do progresso que se fez valer no país durante o século XIX, derrubando os antigos modos de vida coloniais, inalteráveis até então. Essas transformações geraram condutas que reverberaram no uso social da

³ O Brasil do século XIX presenciou o ápice da circularidade cultural. Conforme Sergio Buarque de Holanda (1995), um “novo descobrimento do Brasil” se fez acontecer, pois a chegada da Corte provocou a curiosidade acadêmica e artística dos europeus acerca da exuberante natureza e do suposto exotismo dos povos que habitavam as matas brasileiras. Com a consolidação da Ciência e a riqueza acumulada pelos colonizadores, viagens exploratórias ou missões passaram a ser financiadas pelos governos imperiais, sempre interessados na descoberta de novos recursos naturais e no estabelecimento de novas relações comerciais com as elites locais. O território brasileiro foi, assim, percorrido em quase toda a sua extensão por inúmeros cientistas ou aventureiros em busca de novidades, onde muitos relataram suas experiências em solo brasileiro em crônicas de viagens, ensaios científicos ou em desenhos e pinturas.

caminhada, como consequência da maneira como foi apropriada pelas elites e que deram nova forma aos seus sentidos e significados sociais.

Os modos de vida rurais que se consolidaram no período colonial, nas fazendas de engenho de açúcar foram, portanto, aos poucos perdendo seu valor e sobrepujados pela vida urbana que se modernizava e com seus atrativos emergentes, como o teatro, as bibliotecas, os jardins e passeios públicos e o encanto e elegância da cidade. Na história do Brasil, nenhum período de transformações sociais tão profundas se assemelhou aos anos em que D. João VI permaneceu no Rio de Janeiro, fato que levou a colônia, quatorze anos após a chegada da Corte, a declarar a sua independência.

O surto de prosperidade alcançou a economia, a política, a sociedade e a cultura brasileira: início da instalação de indústrias e liberdade de comércio (antes proibidos), fundação da Faculdade de Medicina, da Academia de Belas-Artes, da Imprensa Régia, do Banco do Brasil, do Jardim Botânico, da Casa da Moeda e, no mais, a vinda de artistas e cientistas europeus com o intuito de explorar e conhecer as riquezas naturais do país. Em breve, não mais a lavoura era quem determinava o rumo dos negócios ou os sertanistas e os senhores de engenho àqueles que detinham o poder político, econômico e o prestígio social. Com D. João VI, os privilégios estavam mudando de mãos, passando dos senhores do açúcar e da casa grande para os comerciantes, banqueiros e empreendedores nas cidades (DONATO, 2005).

Mesmo após o retorno da Corte para Portugal, em 1821, as mudanças no Brasil não retrocederam. Daí em diante, proclamada a independência pelo príncipe regente, D. Pedro I, em 1822, porém, sobretudo, durante o reinado do imperador D. Pedro II (1831 – 1889), principalmente no período compreendido entre os anos de 1850 a 1890, o país conheceu um desenvolvimento econômico até então nunca visto. Investindo em ferrovias e consolidando o setor industrial, importando ciência, tecnologia e sofisticação da Europa (Inglaterra e França), o governo brasileiro aliou-se aos empreendedores burgueses e proprietários de terras rumo à modernização das cidades. A elite cafeeira paulista se destacava entre os principais investidores e, não sem motivos, a então Província de São Paulo fazia fortuna com a expansão da malha ferroviária em direção ao interior, promovendo o suporte para o escoamento da produção agrícola ao porto de Santos (DEAN, 1991).

Se as épocas anteriores se caracterizaram pelo isolamento dos sertanistas e pelas atitudes pouco sociáveis observadas nos estilos de vida rurais, a emergência de uma nova classe social, favorecida pelo advento do príncipe regente, trouxe consigo o florescer de estilos de vida que, pelo gosto ao fino trato europeu e sobrepujando o antigo fazendeiro ou dono de terras, fez da cidade o centro da indústria, do comércio e da cultura, uma representação do ideal de civilização, modernidade e progresso. O “homem rico da cidade” passou a ser aquele

(...) de corrente de ouro em volta do pescoço, de cartola inglesa, morando em sobrado de azulejo, andando de vitória de luxo, comendo passa, figo, ameixa, bebendo vinho-do-porto, as filhas uns encantos quando vestidas para figurinos de Paris por alguma *Madame Theard* para assistirem a estreias de cantoras italianas no teatro lírico (FREYRE, 1968: 14).

Imitando os nobres da Corte e seguindo-lhes às modas, as mulheres, senhoras chiques, penteavam-se, “à francesa, vestindo-se também à francesa” (...) “a quem os estudantes ofereciam *bouquets*, faziam discursos, dedicavam sonetos”, enfim, uma gente capaz de “imitar o estrangeiro e de assimilar-lhe os traços de cultura mais finos e não apenas os superficiais” (FREYRE, 1968: 22).

Esta referência aos hábitos citadinos dos franceses reflete a realização do “projeto civilizatório”, proposto com a chegada da Corte, para adequar não apenas o espaço urbano, porém, os estilos de vida da sociedade brasileira aos refinamentos da cultura europeia. Franceses porque Paris era considerada como expressão do universal (do primado da razão), representação maior da modernidade e progresso, a capital dos Direitos dos Homens, das artes e do refinamento cultural. Nas palavras do revolucionário Anacharcis Cloots: “É necessário que a razão governe: mas, onde está ela? Ela está no homem universal. Onde está esse homem? Ele está em Paris. A razão habita a cidade” (Cloots in AGACINSKI, 1987:193).

Mas estas cidades brasileiras que se alçavam modernas, todavia, apresentavam contradições que a própria Razão pretendia expurgar com seu propósito de civilização. A questão dos escravos transitando pelas ruas, por exemplo, ao mesmo tempo em que era vista com incômodo pelos olhos das camadas sociais elevadas, as mesmas continuavam a dispor de seus préstimos sem pejo ou pudor. Dessas contradições de uma cidade-metrópole

entende-se que a representação social tornava-se uma exigência cotidiana, assentada em códigos e sinais que permitissem discriminar ou identificar a condição social ostentada.

Com os hábitos europeus se enraizando no cotidiano, para as gerações mais novas de filhos de senhores de engenho que estudaram na Europa e foram educados nos grandes centros urbanos da época (como Salvador, São Paulo, Olinda e Rio de Janeiro), não era mais possível conciliar os hábitos da aristocracia rural com esses novos modos de viver que foram emergindo e se padronizando. Assim, saíam de cena os senhores de engenho para dar lugar aos novos protagonistas: os barões do café, os banqueiros e os industriários, os novos ricos e poderosos, que fizeram fortuna e modificaram hábitos, dentre eles, o que se refere ao uso da caminhada.

As ruas e o andar a pé: aspectos gerais do cotidiano urbano

As ruas de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador ainda não apresentavam, nas primeiras décadas do século XIX, condições ideais para que as pessoas da alta classe pudessem caminhar com o mínimo de segurança e conforto. Ruas de terra ou mal assentadas, esburacadas, becos estreitos e ladeiras íngremes, com mato crescido, animais em decomposição e imundícies de todos os tipos que provocavam odores desagradáveis e surtos de epidemias, além de uma multidão de escravos ou alforriados em contínuo trânsito na labuta cotidiana – esses eram os elementos que compunham o cenário urbano para algum membro da nobreza ou da aristocracia que se aventurasse a uma caminhada (DONATO, 2005).

A rua era considerada um local infame e perigoso à saúde. Durante o século XIX, eram comuns as ocorrências de surtos ou epidemias de cólera e febre amarela em várias cidades do Brasil e que chegaram a devastar populações. A ocorrência dessas e de outras pestilências mórbidas eram relacionadas ao estado de conservação das vias públicas e a não observância de princípios básicos de higiene e sanitário. Entretanto, somente em 1850, por meio da lei nº 598 de 14 de setembro de 1850, foi instituída a Junta de Higiene Pública, órgão superior encarregado de administrar as questões da saúde pública no Império, cujo presidente e membro atuante no combate às epidemias da época, foi José Pereira do Rego,

o Barão de Lavradio. Sobre as condições insalubres das ruas, veja-se o relato de Rego, em 1873:

Em conclusão direi: que as nossas valas de esgotos nunca ou quase nunca eram limpas; que constituíram o receptáculo de todas as imundícias das localidades por onde circulavam, e tornavam-se focos perenes de infecção miasmática mais ou menos profunda, contribuindo poderosamente para a insalubridade desta capital. (.....). Quem viu esses batalhões de carregadores, atravessando a passo acelerado por certas ruas, como as da Guarda Velha, Ajuda, Ouvidor, Rosário, e outras, compostos, em sua maior parte de escravos, ou pretos libertos já velhos, estropiados e bêbados, que encontravam nesse trabalho um meio mais lucrativo do que outros (.....).” (Rego **Apud** RIBEIRO, 1992: 147-148)

Caberia à Junta de Higiene Pública administrar o projeto de saúde pública assentado nas bases de uma medicina social que estivesse a serviço da proposta civilizatória no Rio de Janeiro. Tal proposta já havia sido elaborada pela Sociedade de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, criada em 1829, sendo que uma de suas atribuições era promover a institucionalização da higiene pública na sede do império. Assim, não apenas as ruas deveriam ser modificadas em relação aos seus traçados e condições físicas, porém, as reformas da medicina social previam o vigilante policiamento dos habitantes da cidade, do ir e vir de pessoas pelas ruas e seus costumes e práticas herdadas do período colonial.

A escabrosidade das ruas e calçadas paulistanas pode ser constatada em trechos de duas cartas de Álvares de Azevedo, endereçadas à família, onde o poeta deixava explícito que, andar a pé pelas ruas paulistanas, era aventurar-se por cenários desoladores (AZEVEDO, 1976):

Não há passeios que entrettenham, nem bailes, nem sociedades, parece isto uma cidade de mortos. Não há nem uma cara bonita em janela - só rugosas caretas desdentadas - e o silêncio das ruas só é quebrado pelo ruído das bestas sapateando no ladrilho das ruas. (...) Passam-se dias e dias sem que eu saia de casa - mas que hei de eu fazer? As calçadas não consentem que um par de pés guarnecidos de um par de calos - com os meus - possa andar vagando pelas ruas. (12 de junho de 1849)
Quanto a outros divertimentos - *nichts* - só andar pelas ruas dando topadas nas pedras - coisa em que nada se ganha à exceção de calos e roturas nos sapatos. Reduzido a ficar em casa, por não ter sequer aonde ir, e não achar prazer em andar correndo pelas ruas, acho-me na maior insipidez possível, ansioso de deixar esta vida tediosa do mal ladrilhado S. Paulo. (07 de julho de 1849)

Azevedo, nascido em São Paulo, mas que passara sua infância no Rio de Janeiro, assim, expressava toda a sua antipatia para com a capital da província, sendo as ruas os lugares mais propícios aos seus comentários e críticas.

A falta de matéria natural, pois não havia pedreiras próximas, o transporte precário e a falta de mão de obra especializada foram fatores que contribuíam para a má fama das ruas da, então, imperial cidade de São Paulo, conforme as memórias evocadas por Francisco de Assis Vieira Bueno, em 1903:

A cidade tinha poucas ruas empedradas, e o calçamento dessas era péssimo, por ser feito com pedras não aparelhadas; e, além disso, de má qualidade para semelhante aplicação, por ser pouco resistente, e muito irregular na forma. A razão disso era não haver outra qualidade de pedra nas vizinhanças, e por falta de estradas e de meios de transportes, ser impossível mandá-las vir de outras partes, como se faz agora. (...) Como não há mal que não traga algum bem, o pisar faceiro das paulistas era atribuído ao hábito adquirido pela necessidade de pisar com cuidado em calçadas escabrosas (BUENO, 2013: 159)

As impressões de Álvares de Azevedo ou as evocações das lembranças de Francisco Bueno, cujos relatos remontam desde a época de D. Pedro I, constituem-se em vereditos sobre a questão das ruas paulistanas que, se de um lado podem estar carregadas de um sentimento de repulsa à cidade em geral (um não querer estar ali), de outro, podem conter retratos de uma memória, cuja recordação pode estar impregnada de representações de um coletivo imaginário. Como esclarecido por Paul Thompson (1992), as lembranças de um indivíduo podem conter elementos que são mais representativos da memória coletiva do que propriamente as recordações de um passado vivenciado em sua plenitude. Porém, tal fato não invalida as manifestações das lembranças individuais como reveladoras de aspectos da vida social onde a história, em seu sentido amplo, se entrecruza com as particularidades da existência individual.

De todo modo, fato é que as ruas paulistanas não ofereciam as melhores condições de deslocamento para os seus moradores ou passantes. As únicas vias a receberem calçamento com pedras brutas, assentadas em areia ou cascalho, e isso a partir de 1781, eram as “ruas de procissão”. No mais, mesmo com tentativas de melhorias, seja com os empreendimentos propostos por Marcellino Gerard, em 1855 ou, posteriormente, com João

do Carmo Madeira, ambos empresários, não foram obtidos resultados satisfatórios. Inconveniências com a lama, a poeira e os canais de escoamento das águas pluviais - ligados diretamente aos canais das residências - expunham os dejetos humanos que, com seus odores exalados pelas bocas de lobo, tornavam os ares insuportáveis e maléficos à saúde (KAREPOVIS, 2006).

Além das questões físicas das ruas, havia comportamentos e costumes, entre a população, que desafiavam o transeunte mais atento. Por exemplo, era comum, desde os tempos da colônia, o hábito de despejar o conteúdo dos penicos às ruas, lançando-os do alto das janelas dos sobrados, a qualquer hora do dia ou da noite e sem qualquer aviso ou consideração a quem estivesse, distraidamente, caminhando por perto. Diz-se que, no Recife, era comum aguardar a passagem de desfetos para, de um ato, conferir-lhes a “honra” de um banho fétido e involuntário. Tais hábitos tornaram-se um problema social que, em 1831, a Câmara do Recife foi obrigada a instituir regras para despejo do conteúdo dos penicos: somente poderiam ser realizados à noite e após o devido aviso prévio, que se constituía em repetir por três vezes, em alto e bom som, as palavras: “Água vai... Água vai... Água vai!”, cabendo aos infratores multas pecuniárias e pagamento de indenizações às vítimas. Em visita ao Recife, em 1836, o naturalista inglês Charles Darwin ficou aterrorizado com essa prática, citando a cidade como suja e nojenta (CARVALHO, 1998).

No Rio de Janeiro podia-se observar o trânsito contínuo dos “escravos ao ganho”. Este contingente era constituído por escravos africanos, elemento básico da vida socioeconômica do Brasil desde meados do século XVI, responsáveis não apenas pelo trabalho nas lavouras canavieiras e cafeeiras, bem como pelo trabalho nas cidades (manutenção da limpeza, conservação das ruas, construção de estradas, etc). Os “escravos ao ganho” representavam uma parcela significativa (por volta de vinte por cento) da população do Rio de Janeiro no decorrer do século XIX, algo em torno de doze mil cativos na época da chegada de D. João VI, pois a cidade, em muito, deles dependia para a prestação de serviços públicos ou particulares, de mão-de-obra especializada ou não (ALGRANTI, 2002).

Esta forma de escravidão urbana permitia certa mobilidade de deslocamento aos escravos que, recebendo de terceiros uma quantia em dinheiro, prestavam serviços como sapateiros, alfaiates, ferreiros, costureiras, padeiros, barbeiros, músicos, etc. (que eram

funções especializadas), além de todos os tipos de vendedores ambulantes, carregadores e as famosas negras quitadeiras que, percorrendo as ruas de porta em porta ou fixadas em locais determinados, vendiam diferentes tipos de víveres e gêneros alimentícios. A cidade de Salvador foi pródiga no comércio ambulante e nas importantes relações sociais decorrentes destas atividades. Vale lembrar que nem todos que trabalhavam nas ruas eram escravos, pois havia muitos negros alforriados que executavam préstimos às elites brancas (GRAHAM, 2013).

Os ambulantes e carregadores eram figuras fundamentais ao contexto socioeconômico das cidades, pois eles, atarefados em suas caminhadas compulsórias, eram os que movimentavam o comércio e supriam as necessidades e costumes das famílias abastadas. Havia carregadores de água que, dos chafarizes, abasteciam as casas; havia escravos, com características específicas no modo de caminhar, que transportavam pessoas e carregavam pianos – instrumento em moda na época; e havia, dentre outros, aqueles que eram responsáveis pelo transporte de excrementos humanos.

O caso dos carregadores de excrementos talvez fosse um dos mais dramáticos que envolviam as tarefas designadas aos escravos. Os dejetos domésticos eram depositados em baldes ou barris, os “tigres”, conduzidos sobre a cabeça, cujo conteúdo era lançado ao mar, em córregos ou lagoas. Segue o relato de um viajante europeu que esteve no Rio de Janeiro nos anos de 1850, a respeito disso:

As casas do Rio de Janeiro, construídas em terreno úmido, não têm fossas. Todos os detritos domésticos são atirados de qualquer maneira em barris que de noite os escravos despejam no mar. Dá para adivinhar a natureza das emanações que exalam destes barris durante o dia, em meio aos terríveis calores que reinam no lugar. Por volta das seis, uma interminável procissão desemboca de todas as ruas e dirige-se para a praia. É o Rio de Janeiro começando o seu tratamento de limpeza que, entretanto, não consegue livra-lo inteiramente das infecções que enchem as casas. Esses negros carregando o barril tradicional que os franceses chamam ‘barrete’ são como o símbolo da cidade (Charles Expilly apud MAURO, 1991: 15).

Sem um sistema de tratamento de água e esgoto, implantados somente a partir da segunda metade do século XIX, as cidades recorriam à ingrata tarefa dos “tigreiros” para se livrar de suas produções fecais. Geralmente, o trabalho era realizado ao final da tarde, para evitar maiores constrangimentos à população, sempre à vista dos perigos oriundos dos

precários barris e seu mal cheiroso e infecto conteúdo. Muitas vezes, ocorria do fundo dos baldes ceder devido à quantidade de detritos depositados, provocando o despejo dos excrementos sobre o carregador e quem estivesse próximo, emporcalhando-os e lhes deixando marcas pelo corpo e nas roupas que o imaginário popular logo tratou de comparar às pintas das peles de um tigre, daí a alcunha ao qual eram denominados. Esta ingrata tarefa prolongou-se até meados do século XIX e, bem apropriado, havia ainda outra denominação dada a esses infelizes: “enfizados”, seja isto consequência das fezes que lhes escorriam pelo corpo ou pelo descontentamento estampado em face quando da realização do incômodo serviço (MACEDO, 1964; RIOS FILHO, 2000).

A diferenciação social em que se baseava a nova ordem dominante promovia a distinção até mesmo entre os escravos: os da casa, em contato com a família do homem branco bem-sucedido, e os da rua, como o vendedor ambulante, a negra quitandeira, os carregadores em gerais e a prostituta que, expostos ao contínuo contato degradante da rua, eram menos reconhecidos pela sociedade pelo valor de seus serviços (FREYRE, 1968). Isso mostra o quanto caminhar pelas ruas era considerado uma atividade de gente vulgar e desprezível e, evitar expor-se à rua, caminhando, era dever de gente abastada, culta e respeitada.

O espetáculo nas ruas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife ou São Paulo, proporcionado pela constância do ir-e-vir dos escravos em suas tarefas cotidianas e pelos perigos oferecidos pelas próprias condições físicas das ruas e de certos hábitos urbanos, além dos frequentes surtos epidêmicos, evidenciava a prática da caminhada como elemento preponderante destinado ao trabalho cativo, remetendo a compreensão das atividades a ela relacionadas ao esforço físico banal e de caráter inferior.

Portanto, nos modos de vida urbanos que se estabeleceram no Brasil durante o século XIX, pode-se dizer que, nos meios populares, de um modo geral, era improvável pensar a prática da caminhada, como algo além de esforço físico destinado ao trabalho pesado e relacionado às tarefas típicas de subserviência ou subsistência, uma generalidade humana que, no contexto cultural urbano da época, expressava a condição social inferior dos indivíduos que andavam a pé.

Caminhada e distinção social

A distinção social faz parte de uma tradição das sociedades humanas que, desde tempos primitivos, julgavam necessário distinguir entre o que é vil e o que é honorífico nos modos de vida dos homens, diferenciando-se condutas e procedimentos entre indivíduos e camadas sociais. Assim, conforme Thorstein Veblen (1983), a repugnância por formas de trabalho consideradas vulgares, por exemplo, era comportamento típico dos membros das camadas privilegiadas das sociedades humanas. A primitiva distinção entre guerreiros e sacerdotes (camadas privilegiadas), de caçadores e coletores (executores de atividades de subsistência), remetia a práticas ancestrais de concessão de honras a alguns e humilhações a outros, ainda que as tarefas cotidianas de subsistência fossem reconhecidas como necessárias pelos que se consideravam superiores. Entretanto, a manutenção da condição privilegiada dependia das atividades de subsistência para a manutenção econômica da vida social. Deste modo, as atividades do cotidiano, comuns a maior parte dos indivíduos em sua luta material pela sobrevivência, eram consideradas – pelos privilegiados que compunham a classe ociosa da sociedade – como de menor valor honorífico ou mesmo sem qualquer valor que pudesse conceder dignidade aos indivíduos a elas submetidos.

Também para os antigos gregos, o requisito para uma vida digna, bela ou virtuosa era estar afastado dos procedimentos associados às necessidades cotidianas da vida humana, ou seja, do trabalho e da servidão. O ócio, entendido como a condição de estar livre da necessidade do trabalho utilitário, era considerado o maior privilégio do “homem bom” e mesmo como condição fundamental para uma vida plenamente feliz. Em tal estado, atividades relacionadas à contemplação e reflexão, o cuidar de assuntos de interesse próprio que não relacionados a fins materiais ou adquirir cultura e sabedoria (música, poesia, etc) e bons modos, eram os ideais da ociosidade.

Aristóteles, no século IV a.C., observava que a prática de exercícios físicos deveria ser realizada de maneira muito moderada, pois o entregar-se aos apelos dos ginásios na aquisição de um corpo musculoso ou resistente traria, por consequência, o embrutecimento do espírito. Um corpo moldado pelo esforço físico – brutalizado – revelaria a condição inferior do indivíduo. Nada de trabalho, nada de esforço físico – essa era a norma entre os ‘homens bons’ atenienses, preocupados com o desenvolvimento pleno das virtudes do

espírito. Há de se considerar que Aristóteles fez uso da caminhada, pois seus debates, geralmente, eram realizados durante um passeio a pé pelos jardins do Liceu, o que determinou que seus discípulos e seu método de ensino ficassem conhecidos como peripatéticos, ou seja, motivado pelos hábitos de filosofar enquanto se caminha (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2001).

No Brasil do século XIX, para que esse indivíduo privilegiado (livre da necessidade do trabalho) pudesse levar uma vida plena de satisfações, tantos outros também deveriam estar entregues à labuta ordinária (seus escravos), para sustentá-lo materialmente e permitir-lhe os regalos de seus afazeres conspícuos. A esse homem da alta sociedade oitocentista, todavia, não bastava à acumulação de riqueza e o efetivo exercício do poder como provas de sua superioridade, pois, sobretudo, ansiava a consideração alheia em relação ao seu modo de vida livre da necessidade comum a todo ser vivo. Deste modo, era necessário evidenciar a sua condição privilegiada. Tal condição afirma que:

(...) É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe dão os outros tal consideração. Não só serve a prova de riqueza para acentuar a importância do indivíduo aos olhos dos outros, conservando sempre vivo e atento o sentido que têm dela, como também tal prova é igualmente útil na criação e preservação da satisfação própria (VEBLEN, 1983: 22).

Em uma sociedade onde a perspectiva pecuniária ditava o padrão social do que era considerado superior e inferior, fazia-se necessário, portando, ostentar, aos olhos alheios, a boa vida que se vivia. Assim, havia inúmeras formas de ostentação da alta posição social ocupada pelos membros das camadas privilegiadas (veja-se o caso dos títulos nobiliárquicos que foram concedidos por D. João VI e, posteriormente, durante todo o Império), sendo que a caminhada fazia parte do rol dessas atividades. Assim, a exposição pública pelo ato de caminhar aos domingos, com a família e a criadagem, constituía-se em prova de riqueza e preservação da satisfação pessoal tão necessária à visibilidade social, mesmo as ruas ainda não oferecendo condições de salubridade ou de estética adequadas às exigências do mundo civilizado.

O passeio a pé da família abastada aos domingos – uma das raras ocasiões em que se podia ver uma mulher branca caminhando nas ruas⁴ – era uma atitude própria de ostentação, uma inclinação a comparações de prestígio entre os indivíduos da mesma camada social. Aqueles que não dispunham de escravos para lhes acompanhar às ruas em seus passeios, sujeitavam-se ao aluguel dos mesmos. O séquito numeroso, assim como nos cortejos fúnebres⁵, indicava a importância do caminhante e simbolizava o seu nível social: quanto mais pessoas acompanhavam o senhor e sua senhora, elegantemente trajados conforme a moda europeia, mais relevante era considerada a figura dos distintos (DONATO, 2005).

Figura 1



Um funcionário a passeio com sua família
(Jean Baptiste Debret, 1835).

⁴ Uma referência ao cotidiano das mulheres das camadas sociais superiores se faz necessário para entender os motivos pelos quais as mesmas quase não saíam às ruas. Conforme Eni de Mesquita Samara (1986), as mulheres que viviam sob o regime patriarcal eram educadas para as tarefas do lar e o cuidar dos filhos, devendo obediência ao pai e ao marido. Nos tempos coloniais, dada às características de vida da época, como o isolamento no sertão, às mulheres era proibido expor-se em público, mesmo na própria casa, quando da visita de algum viajante ou mascate. A ética e a moral católica fazia-se presente na mentalidade do patriarcado (o ideal da família e o recato feminino), o que afastava a mulher da vida social e a mantinha reclusa ao lar. No século XIX, o padrão do comportamento social da mulher branca e abastada seguia o mesmo pensamento: a invisibilidade social, ainda que esta condição se alterasse ao longo do século. Todavia, apenas em momentos pontuais às mulheres era concedido o aparecimento em público: a missa aos domingos, o teatro, as procissões religiosas ou em ocasiões comemorativas exigidas pela monarquia.

⁵ Também os cortejos fúnebres eram solenidades onde a caminhada adquiria relevante significado referente à distinção social. Conforme João José Reis (1991), os cortejos geralmente eram realizados à noite, abrihantados por velas e tochas acesas, media-se a boa reputação do defunto pelo número de indivíduos que acompanhavam o féretro: quanto mais extenso e pomposo o cortejo, maior a posição social do falecido (REIS, 1991).

O passeio a pé remonta à Europa do século XVIII, sendo o mesmo objeto de atenção filosófica por Karl Gottlob Schelle que, em 1802, escreveu *A Arte de Passear*. Para o filósofo alemão, o passeio a pé constituía-se em uma atividade de valor espiritual e intelectual, sendo “apreciado por pessoas cultas, que gostam de flandar”, sem qualquer interesse por parte daqueles que movimentam o corpo apenas “pela obrigação do trabalho até a exaustão” (SCHELLE, 2001: 11). O passeio a pé, portanto, era um momento de nobre prazer, uma oportunidade para, despreocupadamente, encantar-se com a natureza ou socializar-se alegremente com os iguais, e que somente as pessoas livres e cultas saberiam desfrutar e dignificar. Uma marca de distinção social.

O locomover-se, todavia, como uma marca de distinção social e deferência, é costume antigo entre nobres. Eram comuns aos reis as viagens pelos campos, mostrando-se aos súditos, manifestando seu poder e domínio e marcando o seu território. Já se dizia que entre reis e deuses há certas propriedades em comum, dentre elas, uma espécie de universalidade que abarca a totalidade da existência humana. Àquele que está no centro do poder converge uma evidência de superioridade que deve parecer imprescindível à sociedade. O desejo de reis e deuses deve prevalecer. Assim, conforme Clifford Geertz, “onde as ideias dominantes fundem-se com as instituições dominantes” dão “lugar a uma arena onde acontecem os eventos que influenciam a vida dos membros desta sociedade de uma maneira fundamental” (GEERTZ, 2013: 126).

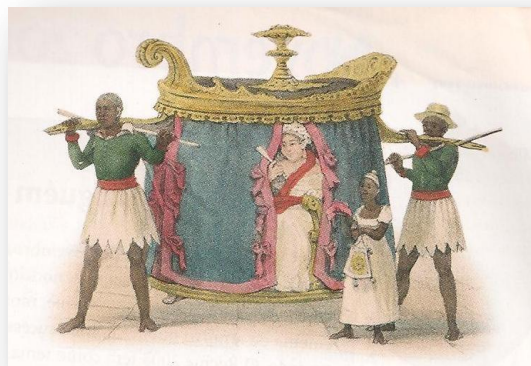
Nesta perspectiva, para que uma elite governante mostre que, de fato, governa, haverá um conjunto de formas simbólicas que expressem a realidade desse governo, justificando, por meio de insígnias, rituais e formalidades – sejam elas herdadas de uma tradição ou inventadas – não apenas as ações administrativas, porém, a própria existência dessa elite governante. Tais aparatos simbólicos – como as coroações e os cortejos – atestam a superioridade que distingue os nobres da plebe, conferindo ao centro de poder uma importância tão elevada e uma visibilidade tão ampla e intensa, que não se percebe que “a majestade não é inata, e sim construída” (GEERTZ, 2013: 128).

Disso decorre que a preocupação com a aparência externa e as manifestações ritualísticas dos membros da classe abastada e culta, ou seja, da elite governante, são fenômenos culturais historicamente construídos, expressando o simbolismo do poder. A

caminhada aos domingos das elites brasileiras, distinguindo-se do andar a pé dos escravos e desvalidos, nada mais significava do que um gesto ritual de demarcação de território, um sinal não apenas de distinção, mas, principalmente, de dominação.

Uma das formas simbólicas de expressão de distinção social, no Brasil do século XIX, remonta ao uso de liteiras ou cadeirinhas de arruar⁶. Acerca disso, conforme observação de Thomas Ewbank (1976), o uso de cadeirinhas entre aqueles de melhor condição socioeconômica era prática comum: em qualquer saída de casa às ruas, pronto estavam dois escravos de *libré* preparados para o transporte das pessoas abastadas que, normalmente, não caminhavam, mas eram transportadas. O autor ainda afirma que o uso da cadeirinha estava tão enraizado na cultura brasileira que, mesmo aqueles de condição social mediana, tinham em suas casas o instrumento de transporte, o que lhes conferia um mínimo de prestígio público.

Figura 2



Senhora em sua cadeirinha a caminho da missa
(Jean Baptiste Debret, 1839)

⁶ O uso da cadeirinha remonta ao século XVII. Em 1639, na província do Rio de Janeiro, a mudança de local da casa da Câmara, do Morro do Castelo para a várzea da cidade, propiciou a emergência de um novo veículo de locomoção que atendesse às necessidades dos funcionários do governo. Assim, são introduzidos no cenário social os primórdios do que seriam, em breve, os móveis de arruar, ou seja, as cadeirinhas que, nesse primeiro instante, constituíam-se de uma cobertura colocada acima dos varais das redes. O termo ‘móveis de arruar’ refere-se ao fato de que, as cadeirinhas, eram móveis domésticos que saíam às ruas e, quando não utilizadas ao transporte, permaneciam guardadas nos vestíbulos das residências, na maioria dos casos, suspensas no teto por cordas e roldanas. As cadeirinhas eram um meio de transporte individual, movidas por tração humana, e seu uso era concedido apenas às pessoas de posse ou de cargos administrativos de relevância. MUSEU HISTÓRICO NACIONAL (2014).

Ainda a respeito das cadeirinhas, diz-se que o hábito popular, subitamente, teria surgido após um carrapato ter se apegado às pernas de D. João VI, provocando-lhe uma infecção que lhe impedia de caminhar. O rei, ferido, passou a utilizar a cadeirinha até mesmo dentro do palácio imperial para se locomover. Os fidalgos, atentos aos hábitos reais, imediatamente imitaram a nova moda. Tal o apego ao uso das cadeirinhas – ou de ser transportado sem necessidade de caminhar com os próprios pés – que na Bahia, lugar onde a prática mais se disseminou, os homens passaram a considerar o andar a pé como deprimente à dignidade pessoal caso necessitassem locomover-se, caminhando. Cada vez mais sofisticadas e enfeitadas, as cadeirinhas passaram a expressar o requinte de quem era transportado, principalmente as moças e senhoras que tinham gosto aos passeios – ainda que não se mostrassem ao público – abusando dos carregadores que, pés descalços, porém vestidos com seda – escravos de *libré* – sob o sol a pino, subiam e desciam incontáveis íngremes ladeiras. Há de se considerar que, ao lado da cadeirinha, caminhava uma escrava, bem trajada, geralmente carregando bolsa e leque da senhoria (MACEDO, 1963).

Jardins e passeios públicos: o desfile da alta classe

Os modos de vida urbanos, espelhando-se na refinada cultura europeia, não estimulavam a disposição do brasileiro citadino à prática de alguma atividade física. Os produtos da indústria europeia, ainda que tenham melhorado as condições materiais dos habitantes das cidades e, como consequência, provocado melhorias na qualidade de vida urbana, contemplavam muito mais as vaidades femininas e o orgulho masculino em relação à aparência. Do luxo francês à sobriedade inglesa, o vestuário ocupou lugar de destaque dentre os objetos de consumo, tanto para homens ou mulheres. Casacas coloridas – uma para cada ocasião – fraques, coletes de seda, veludo ou cetim, calças de casimira colantes e esticadas, enfim, a indumentária masculina deveria expressar elegância, polidez e ostentação. Os pés dos homens, se outrora percorriam o chão descalçados, agora com sapatos e borzequins - estes, destinados aos passeios a pé – tornaram-se tão pequenos quanto os delicados pés femininos (RIOS FILHO, 2000).

Os conselhos higiênicos relatados pelo médico Lima Santos, transcritos pelo Diário de Pernambuco, em 18 de agosto de 1855 e citados por Freyre (1968), são esclarecedores a propósito desse aspecto cultural:

De facto: os Brasileiros, quer sejam por natureza, quer pelo clima, he de observação, que não fazem exercício suficiente ao desenvolvimento de sua energia physica, e espiritual; mettidos em casa, e sentados a mor parte do tempo, e entregues a uma vida inteiramente sedentária não tardam que não caiam em uma estado de preguiça mortal. Verdade he que o grande luxo da terra – um dos signaes de fidalguia, de grandeza e de grande distincção – he, o sair á rua o menos possível, ser o menos visto possível e se confundir o menos possível com essa parte da população que os *grandes* chamam povo, e que tanto abominam. Bem certo, que não falamos em geral; muitos não terão essa miserável *monomania*, sobre tudo em certas províncias como, por exemplo, na de Pernambuco; mas em certas outras províncias, na Bahia, por exemplo, uma grande parte de homens (não falamos nas Sr.^{aa} porque essas vivem como aves nocturnas, que só apparecem com as trevas) não só não sahem ás ruas por inercia, como por distincção e gravidade (Lima Santos apud FREYRE, 1968: 39).

Lima Santos declarava que tais costumes, ou seja, a falta de atividades corporais ao ar livre, como caminhar, eram maléficis ao corpo humano, constituindo-se em hábitos abomináveis, um mau exemplo que deveria ser extirpado da sociedade e uma crítica aos costumes da fidalguia. Uma nação civilizada deveria, portanto, proporcionar locais adequados para que as pessoas, de um modo geral, pudessem caminhar para ter disposição física e vencer o “estado de preguiça mortal”.

Como a França era um dos exemplos mais caros à aristocracia brasileira, de lá foi importada uma das instituições que simbolizavam os valores expressivos da cultura europeia, como a estética, e que aqui ocuparam lugar de destaque no cenário urbano: os jardins ou passeios públicos, “locais para serem percorridos de fraque, cartola e gravata” (REIS FILHO, 1994: 99). Eles serão, por todo o século XIX, apreciados como monumentos à natureza e à sobrepujança artística do ser humano frente ao mundo natural, e servindo de regalo à prática da caminhada para a camada social abastada e culta (SEGAWA, 1996).

O Passeio Público do Rio de Janeiro foi o primeiro de sua categoria a ser erguido. Construído ainda no século XVIII, entre 1779 e 1783, sobre o aterro da Lagoa do

Boqueirão, local de foco de moléstias infecciosas, foi planejado nos moldes da cultura europeia, que via nos jardins a afirmação de seu poder nobre e burguês. Assim,

O modelo escolhido foi um dos mais representativos do ideal de civilidade instituído nas modernas cidades europeias da época: um monumental jardim público, como sinônimo de bom gosto, luxo e entretenimento – uma expressão da natureza dominada pela razão do homem - ao qual se opunha um imponente chafariz para utilização popular. (CARVALHO, 1999: 15).

Em pouco tempo, o Passeio Público tornou-se o principal ponto de encontro da alta sociedade do Rio de Janeiro. Era o lugar apreciado para se praticar um tipo de caminhada denominado de *footing*, que nada mais era do que um passeio a pé sem maiores preocupações, a não ser pela visibilidade social. Nesse local, as famílias aristocratas se reuniam também para leituras de poesias, entoar cantigas e modinhas, namorar e fazer outras atividades de caráter lúdico e despreocupado (SEGAWA, 1996).

No Rio de Janeiro também era comum o jardim particular, principalmente após 1830, quando estes se impuseram como um dos requintes sociais da aristocracia imperial. De arquitetura variada, exuberantes, construídos juntos às mansões, ao solares e chácaras, os jardins eram os lugares de recreio favoritos da alta classe (RIOS FILHO, 2000), tornando-se recintos apropriados para o descanso, à reflexão espiritual e a caminhada contemplativa, tudo em meio à privacidade que permeava o estilo de vida burguês.

Há de se considerar que ideias acerca da caminhada como forma de melhorar a saúde e relacionadas aos jardins ou passeios, já eram apregoadas na Europa, conforme relato abaixo, datado de 1485:

Entre as obras públicas devemos considerar os passeios públicos, nos quais os jovens se exercitam [...] e onde os velhos caminham para tomar ar ou, se estão enfermos, são conduzidos para recuperar a saúde. Celsus, o médico, diz que é melhor se exercitar ao ar livre que em lugar fechado; mas que se deve exercitar mais comodamente na sombra... (...) (Alberti apud SEGAWA, 1996: 39).

A partir das concepções acerca da prática de atividades corporais relacionadas à saúde, à caminhada atrelaram-se novos sentidos e significados sociais e sua prática foi se difundindo, inicialmente pelas altas classes, em lugares como os jardins e os passeios

públicos. A caminhada, assim, fora do âmbito da rua, elevava-se a um novo nível de compreensão e apreço, porém, em tal contexto, permanecia ainda reservada ao recreio de ricos e doutos.

Considerações finais

Os usos sociais da caminhada no Brasil do século XIX, aqui analisados, constataam que formas universais de deferência social, relacionadas a antigas tradições (trabalho/servidão, ócio/liberdade), são capazes de sobreviver ao longo do tempo e, ajustando-se e transformando-se às características de outras sociedades de outras épocas, possibilitam a emergência de novas convenções sociais atreladas a determinadas práticas e atividades. Assim, a distinção, isto é, a tendência para a diferenciação, para mudar e separar, como bem posto por Pierre Bourdieu (2007), se faz presente ao longo da história da humanidade, seja em suas formas primitivas ou com novas roupagens sofisticadas.

A preferência de uma camada social à prática da caminhada, logo, expressa um gosto particular que classifica, distingue e julga (afastando ou aproximando), todos os que experimentam os elementos culturais que se manifestam nas práticas sociais. A caminhada, aqui analisada, é nada mais que um produto dos condicionamentos de gosto de classe, uma instituição que propaga diferenças inevitáveis entre os desiguais. O que se torna aceito ou execrável, genuíno ou inautêntico, depende da posição privilegiada ou subalterna dos atores sociais que, em suas práticas cotidianas, incorporam o sistema de classificação social que, por sua vez, estruturam os estilos de vida do campo simbólico e determinam as distinções (BOURDIEU, 2007).

Os usos da caminhada aqui abordados, portanto, revelaram que, como aspecto peculiar da conduta humana inserido em contexto histórico específico, conforme quem dela se apropriava ou a ela se impunha como condição e necessidade, atrelaram-se valores às práticas e atividades dela decorrentes, ora associados ao prestígio de uma camada social, ora relacionados à depreciação de categorias de indivíduos.

A caminhada da classe abastada pelas ruas e jardins era o gesto representativo da posição em que o indivíduo ocupava na sociedade. Esse tipo de caminhada cerimonial, portanto, serviu à finalidade ostentatória, exibindo ao público a importância do caminhante,

pois a posição social do indivíduo o obrigava a determinadas exigências sociais, dentre elas, a exposição pública para demonstrar prestígio social. Há de se considerar que, dentre os membros da camada social elevada, a medição de prestígio, poder e riqueza não se fazia exclusivamente por meio de uma caminhada pelas ruas. As ruas eram locais de passagem, de marcação de território, sendo o teatro, a igreja e os eventos comemorativos, por exemplo, os locais mais apropriados para a medição social dentre os iguais.

Como estratégia de distinção social, contudo, a caminhada foi parte de um conjunto de formas simbólicas, sutis ou não, relacionadas aos estilos de vida entre classes sociais, que iam desde a linguagem e as expressões corporais, aos hábitos alimentares e de consumo em geral, o vestuário, o lazer, as condecorações, os diplomas de bacharéis, etc, típicos de um sistema econômico-cultural que julgava o fútil relevante (a ostentação) e o necessário depreciativo (o trabalho).

Na perspectiva analisada e na interpretação dada ao fenômeno, a caminhada, no Brasil do século XIX, representou, em parte, a condição social do indivíduo. Se para os escravos era o suor da labuta pela sobrevivência diária e a humilhação de uma vida sem dignidade, para o abastado e culto era a marca distintiva que corroborava que se havia deixado para trás a necessidade e que se fez desta a expressão de uma virtude; uma referência a um estilo de vida dito moderno e representativo de uma expressão do gosto de uma cultura refinada.

Referências

AGACINSKI, Silvanie. " Chefs-lieux". In: *La ville inquiète: le temps de la réflexion*. Paris: Gallimard, 1987.

ALGRANTI, Leila Mezan. Os ofícios urbanos e os escravos ao ganho no Rio de Janeiro colonial (1808-1822). In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec/IED-USP/Imprensa Oficial, 2002.

AUGUSTI, Marcelo Roberto Andrade. *Caminhada e estilo de vida: implicações no lazer e na qualidade de vida*. 2014. 100f. Dissertação de mestrado – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Rio Claro, 2014.

AZEVEDO, Álvares. *Cartas de Álvares de Azevedo*. Comentários de Vicente Azevedo. São Paulo: Academia Paulista de letras, 1976.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: EDUSP, 2007.

BUENO, Francisco de Assis Vieira. A cidade de São Paulo – Recordações evocadas de memória. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX: memórias, depoimentos, evocações*. São Paulo: Edusp, 2013.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. *Uma ideia ilustrada de cidade: as transformações urbanas no Rio de Janeiro de D. João VI (1808-1821)*. Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.

CARVALHO, Marcus. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo no Recife (1822-1850)*. Recife: Editora Universitária, UFPE, 1998.

REGO, José Pereira do. *Memória histórica das epidemias de febre amarela e cholera-morbus que tem reinado no Brazil*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1873.

DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2016.

DONATO, Hernâni. *História dos usos e costumes do Brasil: 500 anos de vida cotidiana*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

EWBANK, Thomas. *Vida no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1976.

FERNANDES, Florestan. *Mudanças sociais no Brasil: aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 4ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

GRAHAM, Richard. *Alimentar a cidade: das vendedoras de rua à reforma liberal (Salvador, 1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GEERTZ, Clifford. Centros, reis e carisma: reflexões sobre o simbolismo do poder. In: GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HOBBSBAWN, Erik. *A Era do Capital (1848-1875)*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KAREPOVS, Dainis. O pisar faceiro nas escabrosas ruas: O Legislativo Paulista e as ruas paulistanas. In: KAREPOVS, Dainis. *A imperial cidade e a Assembleia Legislativa Provincial*. 2ª ed. São Paulo: Assembleia Legislativa, Divisão de Acervo Histórico, 2006.

MACEDO, Sérgio. *Memórias do Rio: a história da Guanabara*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

_____. *Da cadeirinha ao avião: história dos transportes no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1963.

MARROCOS, Luís Joaquim dos Santos. *Cartas do Rio de Janeiro 1811-1821*. Lisboa: BNP, 2008.

MAURO, Frederic. *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*. São Paulo: Campanha das Letras, 1991.

SAMARA, Eni de Mesquita. *Família e Vida Doméstica no Brasil: do engenho aos cafezais*. *Estudos Cedhal*, n. 10. SP: USP, 1999.

MUSEU HISTÓRICO NACIONAL. *Do móvel ao automóvel: transitando pela história* (exposição permanente). Museu Histórico Nacional. Disponível em: <http://www.museuhistoriconacional.com.br/mh-e-330i.htm>. Acessado em: 20 jan. 2014.

OHTAKE, Ricardo e DIAS, Carlos. *Jardim da Luz: um museu a céu aberto*. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades*. São Paulo: Hucitec, 1994.

REIS, João José. *A morte é uma festa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Lourival. *O Barão de Lavradio e a higiene no Rio de Janeiro Imperial*. Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1992.

RIOS FILHO, Adolfo Morales. *O Rio de Janeiro imperial*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.

RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry. Un commencement? La ville moderne. In: RONCAYOLO, Marcel; PAQUOT, Thierry. *Ville et civilization urbaine. XVIIIe-XXe siècle*. Paris: Larousse, 1992.

ROUSSO, Henri. A memória não é mais aquela. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina (orgs.). *Uso e Abusos da História Oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SANTOS, Afonso Carlos. A fundação de uma Europa possível. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DOM JOÃO VI: Um Rei Aclamado na América. 2000, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2000, p. 9-17.

SCHELLE, Karl Gottlob. *A arte de passear*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SEGAWA, Hugo. *Ao Amor do Público: Jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
SPIX, Johan von e MARTIUS, Karl Friedrich. *Viagem pelo Brasil 1871-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1968.

THOMPSON, Edward. *A formação da classe operária: A árvore da liberdade*. 2º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VEBLEN, Torsten. *A teoria da classe ociosa*. Tradução Olivia Krähenbühl. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

Recebido em: 24 de setembro de 2018

Aceito em: 09 de fevereiro de 2019